

RUI PAULO COUTINHO
DE MASCARENHAS ATAÍDE

DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

2.^A EDIÇÃO

ÍNDICE GERAL

Abreviaturas.....	5
INTRODUÇÃO — IMPORTÂNCIA INSTITUCIONAL E COORDENADAS GERAIS DO INSTITUTO. SUA DELIMITAÇÃO.....	7
Capítulo I — A importância institucional da responsabilidade civil	8
1. A responsabilidade civil dentro do sistema geral de tutela dos direitos subjectivos privados e interesses juridicamente protegidos	8
1.1. Tutela inibitória.....	8
1.2. Tutela eliminatória.....	10
1.3. A tutela compulsória.....	13
1.4. A tutela reconstitutiva.....	13
2. A centralidade sistémica da responsabilidade civil	16
3. A dimensão constitucional da responsabilidade civil.....	22
3.1. A personalidade no núcleo da protecção constitucional	25
3.2. A tutela constitucional da propriedade	28
Capítulo II — Coordenadas Gerais	30
4. O sentido de justiça da regra casum sentit dominus e a protecção da liberdade de acção	30
5. Os títulos de imputação de danos. Culpa, risco e sacrifício.....	31
6. Modalidades de responsabilidade civil. AS vias intercalares	33
7. Concurso da responsabilidade delitual com a responsabilidade contratual	35
Capítulo III — Responsabilidade civil e criminal	38
8. Desenvolvimentos gerais.....	38

9. O problema dos punitive damages	47
9.1. Os primórdios da jurisprudência inglesa e sua evolução. O caso Rooks v. Barnard.....	48
9.2. A jurisprudência americana, em especial, sobre a indústria automóvel e tabaqueira.....	49
9.3. O caso “Dieselgate”.....	52
9.4. Os grupos de casos. Danos não patrimoniais causados pela violação de direitos de personalidade e lucro ilícito obtido de forma premeditada.	54
9.4.1. Danos não patrimoniais causados pela violação de direitos de personalidade	54
9.4.2. Lucro ilícito obtido de forma premeditada.....	56
9.5. Enriquecimento ilícito e danos de massas. Os interesses difusos... ..	56
9.6. A intervenção do enriquecimento sem causa e os seus limites. A tutela colectiva	59
9.6.1. A Lei do Private Enforcement (pretensões indemnizatórias por infração às regras do Direito da Concorrência)	62
9.7. A perturbação das categorias constitutivas da ordem constitucional jurídico-económica. O Direito Penal Secundário, em especial, o Direito Penal Económico. O Direito de Mera Ordenação Social.....	64
10. A cláusula penal	68
Capítulo IV — A responsabilidade civil do Estado	72
11. A responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas por danos causados no exercício de funções administrativas.....	72
PARTE I	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	77
12. Considerações gerais.....	77
Capítulo I — Direito romano	77
13. Observações introdutórias. A responsabilidade civil antes da <i>Lex Aquilia</i>	77
14. A <i>Lex Aquilia</i> . A tutela da propriedade (escravos e outros bens materiais)	80
15. Lesão de pessoas (iniuria).....	86
16. A responsabilidade civil depois da <i>Lex Aquilia</i> . O contributo de Justiniano	88
Capítulo II — Direito intermédio	93
17. Elementos preambulares	93
18. A Alta Idade Média	93

19. Glosadores e Comentadores.....	94
20. O Humanismo Jurídico.....	97
21. O jusracionalismo. Linhas gerais de orientação.....	100
Capítulo III — O movimento codificador jusracionalista.....	104
22. Notas introdutórias.....	104
23. O Código Civil francês e a <i>responsabilité du fait des choses</i> . A evolução judicial.....	106
Capítulo IV — A evolução contemporânea.....	113
24. As codificações novecentistas.....	113
25. O Código Civil alemão e o sistema das três “pequenas” cláusulas gerais. O desenvolvimento jurisprudencial do Direito da Responsabilidade Civil...	113
26. O Código Civil italiano e a «ingiustizia» do dano.....	116
27. Traços fundamentais do sistema de responsabilidade extra-obrigacional do Código português de 1966.....	119
 PARTE II	
A RESPONSABILIDADE DELITUAL. PRESSUPOSTOS.....	125
28. Os sistemas de pressupostos.....	125
Capítulo I — O facto voluntário.....	127
29. Actos e omissões.....	127
29.1. Actos imediatos (ou directos) e mediatos (indirectos).....	127
29.2. Omissões.....	129
29.2.1. Violação de deveres legais de agir.....	130
29.2.2. Violação de deveres negociais de agir.....	133
29.2.3. A materialidade subjacente aos deveres legais e negociais de agir	135
Capítulo II — Illicitude.....	144
30. Noções gerais.....	144
31. A protecção da liberdade de acção.....	145
32. A ilicitude entre o desvalor do resultado e da conduta.....	146
33. Comportamento contrário à ordem de conduta.....	155
34. O ilícito Doloso. Elementos Constitutivos. O erro excludente do dolo	158
35. O ilícito negligente. O dever objectivo de cuidado.....	161
36. O preenchimento do dever objectivo de cuidado pelos deveres no tráfego	162
37. As fontes do dever objectivo de cuidado.....	165
38. As diferentes acepções do conceito de “cuidado”.....	166
39. A inserção sistemática do dever objectivo de cuidado.....	170
40. O resultado ilícito.....	171
41. Illicitude por violação de direitos subjectivos e outras situações jurídicas activas.....	171

42. Direitos de personalidade. Relações com os direitos fundamentais.....	174
43. Direito à vida. A protecção da existência pré-natal.....	179
44. O problema das wrongful actions.....	181
45. Saúde e integridade física.....	188
46. Direito à identidade pessoal.....	191
47. Direito ao desenvolvimento da personalidade.....	192
48. Direito ao bom nome e à reputação.....	194
49. Direitos à palavra e à imagem.....	202
50. Direito à reserva de intimidade da vida privada e familiar.....	204
51. Inviolabilidade do domicílio e da correspondência.....	206
52. A protecção de dados pessoais.....	207
53. Direitos familiares e sucessórios.....	211
53.1. Responsabilidade civil por violação de deveres conjugais.....	212
53.2. Responsabilidade civil por violação dos deveres parentais.....	215
54. Direitos reais e demais direitos sobre coisas corpóreas.....	219
55. Direitos de propriedade intelectual.....	225
56. Responsabilidade de terceiros por violação de direitos de crédito.....	228
57. Ilícitude por violação de normas de protecção.....	247
58. A responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações.....	254
59. A relevância delitual do abuso de direito.....	256
60. A causalidade constitutiva de responsabilidade. Distinção face à causalidade que delimita a responsabilidade.....	265
61. Critérios de imputação objectiva do resultado à conduta.....	267
62. A teoria da equivalência das condições.....	269
63. A teoria da última condição ou da causa próxima.....	271
64. A teoria da condição eficiente.....	271
65. A teoria da causalidade adequada.....	271
66. A teoria do escopo da norma violada.....	273
67. A doutrina da criação ou incremento do risco.....	275
68. Orientação perfilhada sobre o nexo causal.....	276
69. Resultados da investigação. A função reitora do princípio da criação ou incremento do perigo.....	282
Secção única — As causas de justificação.....	291
70. Considerações preambulares.....	291
71. Exercício de um direito e cumprimento de um dever.....	293
72. A tutela privada de direitos.....	296
73. Acção directa.....	297
74. Legítima defesa.....	299
75. Estado de necessidade.....	305
76. Consentimento.....	307
Capítulo III — A culpa.....	310
77. Observações introdutórias.....	310
78. Imputabilidade.....	313
79. Os critérios de averiguação da culpa.....	314

80. A bitola objectiva do <i>bonus pater familias</i> . O problema das características do agente não dependentes da vontade e os momentos subjectivos de apreciação da culpa.....	318
81. A concretização do padrão do <i>bonus pater familias</i> . A avaliação da culpa segundo o método dos grupos de tráfego	323
82. A titularidade de capacidades especiais.....	332
Secção única — Causas de exclusão da culpa.....	334
83. Erro desculpável	334
84. Medo invencível.....	341
85. Inexigibilidade	342
86. Prova da culpa. Presunções	343
86.1. Vigilância de incapazes naturais.....	344
86.2. Danos causados por edifícios ou outras obras	347
86.3. Danos causados por coisas ou animais	349
86.4. O exercício de actividades perigosas.	352
87. A pretensa relevância negativa da causa virtual. O comportamento lícito alternativo	355
Capítulo IV — O dano	361
88. Conceito e distinções.....	361
89. Danos patrimoniais e não patrimoniais	362
90. Dano real e dano de cálculo.....	363
91. Danos patrimoniais primários e secundários	364
92. Danos presentes e futuros	366
93. Danos directos e indirectos	367
94. Dano da perda de chance	367
95. Danos não patrimoniais, em especial.....	372
96. Os novos danos contra as pessoas	379
96.1. O dano à vida de relação.....	380
96.2. O dano biológico	381
96.3. Dano existencial	384
96.4. O acolhimento dos novos danos contra as pessoas no direito português	387
Capítulo V — O nexo de causalidade entre o facto e o dano.....	396
97. Noções gerais.....	396
98. A formulação legal	396
99. Os critérios de delimitação dos danos indemnizáveis	402
100. Pluralidade de responsáveis. A causalidade alternativa.....	404
 PARTE III	
A RESPONSABILIDADE OBJECTIVA.....	413
101. A razão de ser da responsabilidade pelo risco.....	413

102. Características gerais do sistema de imputações pelo risco	414
103. simplificação dos pressupostos da responsabilidade.....	416
104. A responsabilidade do comitente.....	419
105. Danos causados por animais	424
106. Danos causados por veículos de circulação terrestre	425
106.1. A combinação entre a regulação delitual e a imputação pelo risco	426
106.2. Pressupostos da responsabilidade pelo risco	428
106.3. O regime de responsabilidade da condução por conta de outrem.	434
106.4. Beneficiários da responsabilidade	437
106.5. Casos de exclusão da responsabilidade.....	439
106.6. A colisão de veículos.....	450
106.7. Pluralidade de responsáveis pelos danos. O sistema binário de imputação	452
106.8. Limites da responsabilidade pelo risco dos acidentes de viação..	454
106.9. O seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel	455
106.10. O Fundo de Garantia Automóvel.	461
106.11. A problemática dos veículos autónomos	463
107. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia e gás. Limites máximos	466
108. A responsabilidade do produtor. Alguns casos emblemáticos	467
108.1. As propostas de enquadramento dogmático da responsabilidade do produtor.....	470
108.2. O regime especial de responsabilidade do produtor.....	473
108.3. A Directiva (UE) 2024/2853 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro de 2024.....	481
109. A responsabilidade civil do transportador aéreo	488
110. Responsabilidade pelo sacrifício.....	492
 PARTE IV	
A OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR.....	495
111. Noções introdutórias. Formas de indemnização	495
112. A reconstituição natural. Variantes.....	496
113. A substituição do “velho pelo novo”.	500
114. O afastamento da reconstituição natural. em especial, a onerosidade excessiva.	503
115. A indemnização pecuniária. A teoria da diferença	512
116. Limites e desvios à teoria da diferença, em especial, o dano da privação do uso	514
117. A indemnização sob a forma de renda	518
118. <i>Compensatio lucri cum damno</i> e cessão dos direitos do lesado	519
119. Culpa do lesado	520
120. Titularidade do direito à indemnização. O problema dos danos reflexos	524
121. Prescrição da obrigação de indemnização. os danos duradouros	528

•

122. Regras especiais da obrigação de indemnizar. Os direitos de propriedade intelectual	534
--	-----

122.1. O direito de autor	535
---------------------------------	-----

122.2. Os direitos de propriedade industrial	541
--	-----

PARTE V

A LEI REGULADORA DAS OBRIGAÇÕES EXTRA CONTRATUAIS	543
--	------------

123. Considerações gerais	543
---------------------------------	-----

124. O Direito da União Europeia	544
--	-----

125. O Direito interno	550
------------------------------	-----

PARTE VI

AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	555
---	------------

126. O primado da função ressarcitória	555
--	-----

127. O carácter subordinado da função punitiva e preventiva	556
---	-----

PARTE VII

PERSPECTIVAS DE HARMONIZAÇÃO INTERNACIONAL

DO DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	561
---	------------

128. Observações introdutórias	561
--------------------------------------	-----

129. Os Princípios de Direito Europeu da Responsabilidade Civil	562
---	-----

129.1. Norma fundamental	562
--------------------------------	-----

129.2. Pressupostos gerais da responsabilidade	563
--	-----

129.2.1. Dano	563
---------------------	-----

129.2.2. Nexu causal	568
----------------------------	-----

129.3. Fundamentos da responsabilidade	574
--	-----

129.3.1. Responsabilidade culposa	575
---	-----

129.3.2. Responsabilidade objectiva	579
---	-----

129.3.3. Responsabilidade por facto de outrem	581
---	-----

129.4. Causas de exoneração	582
-----------------------------------	-----

129.4.1. Causas de exoneração em geral	582
--	-----

129.4.2. Conduta ou actividade concorrente do lesado	583
--	-----

129.5. Pluralidade de causantes	584
---------------------------------------	-----

129.6. Meios de reparação	585
---------------------------------	-----

129.6.1. A indemnização em geral	585
--	-----

•

•

129.6.2. Dano patrimonial	587
129.6.3. Dano não patrimonial.....	588
130. O Projecto de um Quadro Comum de Referência	590
130.1. Disposições fundamentais	591
130.2. Danos juridicamente relevantes	591
130.3. Fundamentos da responsabilidade	592
130.4. Causalidade.....	597
130.5. Causas de exoneração ou limitação da responsabilidade	600
130.6. Meios de reparação.....	611
130.7. Regras complementares.....	618
Bibliografia.....	621
Índice de jurisprudência.....	643
Índice geral.....	647

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt